

CONCEITOS “CULTURA” E “REPRESENTAÇÃO”: CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS HISTÓRICOS

“CULTURE” AND “REPRESENTATION” CONCEPTS: CONTRIBUTIONS TO HISTORY STUDIES

Fabiano Coelho¹

RESUMO: O objetivo desse artigo é compartilhar algumas reflexões sobre o conceito “cultura”, tomando como referência as contribuições de Clifford Geertz; e sobre o conceito “representação”, apropriando-se das concepções de Roger Chartier e Pierre Bourdieu. Para Geertz, cultura se configura como uma “teia de significados” que regem e governam a vida dos sujeitos. Chartier e Bourdieu entendem as representações como construções sociais das experiências históricas, em que os indivíduos e os grupos projetam suas visões de mundo. Tais conceitos, interdisciplinares, tem contribuído de forma significativa nos estudos históricos. Assim, o texto também faz uma breve discussão sobre “história e interdisciplinaridade”.

Palavras-chave: cultura; representação; interdisciplinaridade.

ABSTRACT: The aim of this article is to share some reflections involving the concept of “culture”, taking as reference the contributions of Clifford Geertz; and the concept of “representation”, appropriating the ideas of Roger Chartier and Pierre Bourdieu. For Geertz, culture is configured as a “web of meanings” that regulates and governs the subjects lives. Chartier and Bourdieu understand representations as social constructions of historical experience, where individuals and groups project their worldviews. Such concepts, interdisciplinary ones, have significantly contributed to historical studies. Thus, the text also makes a brief discussion of “history and interdisciplinary”.

Keywords: culture; representation; interdisciplinary.

¹ Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD).

Introdução

O artigo, ora compartilhado, discute algumas questões que envolvem os conceitos “cultura” e “representação”, enfatizando suas contribuições para os estudos históricos. Nas últimas décadas, esses conceitos têm sido utilizados com perspectivas variadas, sobretudo, entre os pesquisadores das Ciências Humanas. Percebe-se, então, que são conceitos interdisciplinares. Ressalta-se que, os conceitos, são instrumentos relevantes para auxiliar no entendimento de problemáticas que envolvem os estudos. Os conceitos não devem ser encarados como uma “camisa de força”, inflexíveis, pois as experiências históricas são mais dinâmicas e complexas do que se imagina.

Como a proposta do texto é discutir dois conceitos interdisciplinares, será realizada inferências sobre “interdisciplinaridade e história”. A interdisciplinaridade é reconhecida e legítima pela área de história na atualidade, contudo, é algo postulado por historiadores há muitas décadas. O diálogo com as chamadas disciplinas “vizinhas” tem despertado e estimulado pesquisas históricas a galgar outros horizontes e expandir suas perspectivas de análises.

Para refletir sobre o conceito cultura, recorre-se, principalmente, às ideias do antropólogo Clifford Geertz, em sua obra “A Interpretação das Culturas”. Esse autor auxiliou muitos historiadores a ampliarem suas possibilidades de interpretação sobre determinados fenômenos históricos. No que diz respeito ao conceito representação, destacam-se as concepções do historiador Roger Chartier e do sociólogo Pierre Bourdieu. O conceito de representação proposto por auxiliam historiadores a analisar os conflitos e as lutas de e por representações de diferentes grupos no campo social, político, econômico e cultural.

História e interdisciplinaridade

Quando se discute dois conceitos interdisciplinares como “cultura” e “representação”, utilizados por historiadores para construção de suas pesquisas, não poderia deixar de tecer alguns comentários em torno de algo que é fato na historiografia contemporânea, mas que já vinha sendo “reivindicado” desde o início do século XX: a interdisciplinaridade. Ou seja, o diálogo da história com outras disciplinas, sobretudo, com a sociologia, a psicologia, a geografia e a antropologia.

Nas últimas décadas no Brasil, em meio aos debates acadêmicos, e várias apresentações de trabalhos referentes aos mais diversificados campos dos estudos históricos, notam-se constantes discussões sobre a chamada “interdisciplinaridade”. Esses debates geralmente giram em torno do que a história pode usufruir através do contato com outras ciências; também sobre os perigos que podem emergir dessa relação.

Refletir sobre o diálogo da história com outras disciplinas se caracteriza em regressar a tempos pretéritos da historiografia. Analisando as ideias de Marc Bloch e Lucien Febre, percebe-se que, em 1929, com a criação da chamada escola dos *Annales*, esses historiadores defendiam que a disciplina histórica não deveria se isolar, mas sim estabelecer comunicação com as suas disciplinas “vizinhas”. Ciro Flamarion Cardoso, na obra “Domínios da História” (1997), escreve que uma das principais características da primeira geração dos *Annales* foi o debate crítico entre as ciências sociais, partindo do pressuposto de que não existiam fronteiras estritas e definitivas entre elas. Neste sentido, era defendido e estimulava-se a interdisciplinaridade.

Com o advento da “Nova História”, por volta de 1970, esse traço característico dos *Annales* também foi latente. Jacques Le Goff (1988) e Peter Burke (1992) defendiam à necessidade de um intercâmbio fecundo entre história e outras ciências humanas, no intuito de ampliar os horizontes do historiador. Também, nesta ótica, ao discutir sobre “fontes impressas”, Tânia Regina de Luca (2005) enfatiza a relevância da interdisciplinaridade, proporcionando contribuições metodológicas profícuas e estimulando o pesquisador a refletir sobre as fronteiras da sua própria disciplina, cada vez mais difícil de precisar.

Jorge Grespan (2005) salienta que os historiadores precisam aprender a dialogar com seus colegas de outras áreas, pois considera o diálogo um “casamento” de mútuas vantagens. Assim, diz que a interdisciplinaridade se tornou uma palavra de ordem, uma vantagem reivindicada por cada pesquisador e área que surge. Nessa direção, Emmanuel Le Roy Ladurie (1984) afirma algo interessante sobre essa questão, quando destaca que os historiadores jamais conseguirão edificar uma “ciência pura”. Ou seja, nos trabalhos históricos, sempre há contribuições de outras disciplinas.

Outro historiador que fez considerações interessantes em face da interdisciplinaridade foi Sidney Chaloub (1990). Ao se apropriar das ideias de Edward Palmer Thompson, que em seus

trabalhos sobre a classe operária inglesa² dialoga com a antropologia social, Chaloub salienta a importância dos historiadores em não se isolarem em “suas casinhas”. Contudo, ressalta que a necessidade da história em se comunicar com outras áreas deve ser no sentido de ampliar seus horizontes de reflexões. Assim, os historiadores precisam cuidar para não imergir em outras disciplinas, esquecendo que a disciplina histórica tem suas práticas e metodologias particulares. Lembra-se que, dentre as características do trabalho do historiador, está a “diacronia”, isto é, o ofício do historiador está atrelado ao “tempo”, sem perder de vista a noção do processo histórico.

A problemática que Chaloub levanta a respeito da interdisciplinaridade é propícia, pois ao dialogar com outras áreas, os historiadores necessitam ter a maturidade e discernimento em compreender que suas produções necessitam vincular-se com as regras e procedimentos que regem a “operação historiográfica”, parafraseando a expressão de Michel de Certeau (1982).

Os diálogos com outras disciplinas devem existir, porém, os procedimentos teóricos e metodológicos que regem o ofício do historiador devem ser preservados. As ciências “vizinhas” têm muito a contribuir com a história, assim como a história tem muito a contribuir com elas. Marshall Sahlins, em “Ilhas de História” (1990), evidencia de maneira significativa o quanto a antropologia e história podem auxiliar uma a outra. Sua obra é um belo exemplo dessa relação. A interdisciplinaridade é salutar face ao alargamento dos horizontes e perspectivas dos historiadores. Nessa relação, não só a história pode ser beneficiada, como também as outras áreas do conhecimento. Entretanto, é fundamental que o historiador esteja atento para não se “afogar” em outros “mares”, negligenciando as bases do trabalho histórico, fincado na diacronia, com técnicas e métodos particulares.

Conceito Cultura na perspectiva de Clifford Geertz

Os conceitos nascem das tentativas dos pesquisadores em tentar “aprisionar” as experiências históricas, almejando, posteriormente, explicá-las. Assim, são construídos a partir de uma realidade específica. Nessa perspectiva, compreende-se que os conceitos fornecem subsídios para as reflexões no transcorrer das pesquisas. Logo, em sua prática, o pesquisador necessita

² THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia de Letras, 1988. _____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. A árvore da liberdade. Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

cuidar para não ficar refém de conceitos, negligenciando as experiências históricas particulares dos estudos propostos.

Ao refletir sobre o trabalho antropológico, a partir do que chama de “descrição densa”, Clifford Geertz (1989) escreve sobre a importância teórica nos estudos, “pois ninguém começa (ou não deveria) intelectualmente vazio” (p. 37). O autor salienta que as teorias não aparecem totalmente novas a cada estudo, mas são retiradas de trabalhos afins, refinadas durante um processo e aplicadas a novos problemas. Na medida em que os conceitos não são mais úteis para a explicação de alguns fenômenos históricos, esses são “retirados” de cena, e se criam novos conceitos, dando à luz para novas compreensões.

Em seus estudos, Geertz constatou que para compreender o que se chama de ciências humanas, é preciso deslocar o olhar das teorias e de seus apologistas para as ações dos praticantes dessas ciências, ou seja, para as práticas dos sujeitos. Assim, defende a ideia de que nas análises de grupos sociais, as interpretações dos pesquisadores são de segunda ou terceira mão. Para tanto, somente aqueles que vivenciam as práticas culturais junto ao seu grupo que podem fazer uma interpretação de primeira mão, ou melhor elaborada.

São vários os usos do conceito de cultura nas ciências sociais. A própria palavra “cultura” se configura como polissêmica. Logo, tais usos têm causado muitas polêmicas e reações generalizantes entre antropólogos, historiadores e outros cientistas sociais. Nesse artigo, optou-se por pensar cultura a partir da obra de Geertz: “A Interpretação das Culturas”. Geertz, antropólogo norte americano, professor emérito da Universidade de Princeton, em New Jersey, EUA, por três décadas foi considerado um dos antropólogos mais influentes nos estudos sobre culturas, nos EUA. O livro “A Interpretação das Culturas”, publicado originalmente em 1973, e traduzido para a língua portuguesa em 1989, teve grande repercussão no Brasil e influenciou diversas pesquisas sobre cultura no país. A obra reúne uma coletânea de ensaios, em que Geertz aborda a cultura como elemento central nos estudos compartilhados. Os ensaios são diversos, privilegiando temas como: religião, política, ideologia, até uma etnografia das brigas de galos em Bali.

A partir de Geertz, percebe-se que o conceito cultura é essencialmente semiótico. Partindo da perspectiva de Max Weber, “que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu” (p. 15), define cultura como sendo estas teias, cuja análise não se resume como uma ciência experimental na busca por leis, mas sim, como uma ciência

interpretativa, à procura de significados. Para Geertz, cultura consiste em estruturas de significados socialmente estabelecidos. Por meio de suas concepções, entende-se que cultura não é poder, no entanto, todos os sujeitos tem e/ou participam de determinadas culturas. A cultura faz parte de um contexto, com sistemas entrelaçados de signos interpretáveis. Assim salienta:

Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descrita com densidade (GEERTZ, 1989, p. 24).

Geertz enfatiza que para compreender uma cultura é preciso tentar compreender os significados particulares das ações de determinados grupos. “Compreender a cultura de um povo expõe a suas normalidades sem reduzir sua particularidade” (p. 24). Nesse sentido, é por meio das práticas sociais que as formas culturais encontram articulação. Em relação aos “sistemas culturais”, entende que esses devem ter o mínimo de coerência, caso contrário não podem ser chamados de sistemas.

Ao pesquisar a sociedade havaiana, o antropólogo Marshall Sahlins (1990) levanta considerações relevantes que auxilia a pensar a relação entre cultura e história. Sahlins observa que a história é ordenada culturalmente de acordo com os esquemas de significação das coisas; também que os esquemas culturais são ordenados historicamente, ao passo de os significados serem reavaliados quando realizados na prática pelos sujeitos.

Sahlins elaborou outros dois conceitos que contribuem na reflexão sobre alguns grupos sociais. São os conceitos de “estruturas prescritivas” e de “estruturas performativas”. Estruturas prescritivas seriam aquelas que já se pode prever o que vai acontecer, algo que já está prescrito, em que os indivíduos devem agir e interagir conforme a estrutura de sua determinada sociedade. Logo, as ditas sociedades que possuem estruturas prescritivas são mais fechadas às proposições de mudanças.

As sociedades que contém características de estruturas performativas são mais abertas às transformações e aos eventos históricos, nesta lógica, os indivíduos agem conforme as circunstâncias históricas. Ressalta-se que, para Sahlins, estruturas performativas e prescritivas são “tipos ideais”, haja vista que, ambas podem ser encontradas em uma mesma sociedade. Isso

explica o fato de que em certas sociedades existirão pontos estratégicos de ação histórica, “áreas circunstancialmente quentes, e outras relativamente fechadas” (SAHLINS, 1990, p. 14).

Apropriando-se das considerações de Sahlins, é interessante destacar seu entendimento de que as pessoas organizam seus projetos e dão sentido aos objetos partindo da compreensão do sistema cultural a qual estão inseridas. Cita-se, neste caso, o fato dos brasileiros acharem estranho o ato de cumprimentar alguém encostando o nariz na narina de outra pessoa, assim como fazem os maoris na Nova Zelândia. Para os brasileiros isso pode ser estranho, mas para os maoris é algo normal, que faz parte do seu sistema cultural.

Na compreensão de Sahlins, a cultura é historicamente reproduzida e alterada na ação, ou seja, as sociedades repensam seus esquemas convencionais de significados. Sahlins parte do princípio de “culturas diferentes, historicidades diferentes”, devido ao fato de que cada grupo ter seu sistema cultural e possuir uma trajetória histórica diferente. Assim, Sahlins analisa os homens por suas diferenças, não por sua unidade, como se preocupa Geertz. As reflexões de Sahlins e Geertz não se excluem, pelo contrário, suas análises se complementam, ressaltando é claro, suas particularidades.

Retornando às concepções de Geertz (1989), escrevendo sobre “o impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem”, este destaca duas idéias para a compreensão do homem (no sentido do ser humano). A primeira se refere ao fato de que a cultura não deve ser mais vista como complexos padrões de comportamento – costumes, tradições, usos, hábitos – mas, como um conjunto de mecanismos de controle – planos, receitas, regras, instruções – que regulam e governam o comportamento dos sujeitos. A segunda idéia parte de que o homem é um animal que depende destes mecanismos de controle, extra-genéticos, para ordenar seu comportamento.

Neste sentido, a partir dessa formulação do conceito de cultura e do papel da cultura na vida humana, surge uma concepção de homem que:

[...] enfatiza não tanto as banalidades empíricas do seu comportamento, a cada lugar e a cada tempo, mas, ao contrário, os mecanismos através de cujo agenciamento a amplitude e a indeterminação de suas capacidades inerentes são reduzidas à estreiteza e especificidade de suas reais realizações (GEERTZ, 1989, p. 57).

A perspectiva do conceito de cultura como “mecanismos de controle”, parte do pressuposto que o pensamento humano é tanto social como público. Assim, o pensar se revela por meio dos símbolos significantes – as palavras, gestos, sons musicais, desenhos, objetos, artifícios mecânicos como o relógio, “qualquer coisa que esteja afastada da simples realidade e que seja usada para impor um significado à experiência” (p. 57). Os mecanismos de controle se encontram em uso corrente na comunidade quando o sujeito nasce e até depois de sua morte, com alguns acréscimos e alterações parciais. Em sua experiência de vida, o homem se utiliza desses mecanismos, ou parte deles.

Geertz elucida que sem a direção dos padrões culturais – sistemas organizados de símbolos significantes –, o comportamento do homem seria ingovernável e suas experiências não teriam qualquer forma. Nessa ótica, “a cultura, a totalidades acumulada de tais padrões, não é apenas um ornamento da existência humana, mas uma condição essencial para ela – a principal base de sua especificidade” (p.58).

Conforme Geertz, sem o homem não haveria cultura, mas sem cultura não haveria o homem. Compreendida a partir de uma abordagem semiótica, em que o homem está “amarrado a teias de significados”, a cultura fornece vínculos intrínsecos do que o homem pode se tornar e o que ele realmente se torna. Ao observar isso, todas as pessoas são seres individuais, entretanto, “sob a direção dos padrões culturais, sistemas de significados criados historicamente em termos dos quais damos forma, ordem, objetivo e direção às nossas vidas” (p. 64). Isto é, o homem é parte e criador da cultura, sua existência e visões de mundo são mediadas pela “teia de significados” (cultura) da qual participa.

Conceito representação para Roger Chartier e Pierre Bourdieu

O conceito representação é um dos conceitos mais discutidos frente à historiografia brasileira. Diversos historiadores se dedicam em entendê-lo e suas possibilidades de aplicação nos estudos históricos. Salienta-se que o conceito representação tem sido utilizado em vários campos das Ciências Humanas, por vezes, com perspectivas distintas. No caso da Psicologia

Social, os pesquisadores vêm trabalhando com a ideia de “representações sociais”³, ligada as concepções de Serge Moscovici (1978).

Na área da história, o conceito representação é discutido, sobretudo, em torno das perspectivas de Roger Chartier e Pierre Bourdieu, que possuem visões semelhantes quanto ao conceito. Esses pesquisadores elaboraram o conceito retomando as ideias dos sociólogos Marcel Mauss e Emile Durkheim, o que sinaliza que o conceito representação vem sendo trabalhado há bastante tempo, contribuindo para os pesquisadores compreenderem a dinâmica e complexidade do mundo social e das práticas culturais.

Em sua obra “A Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes”, Chartier (2002) salienta que a palavra “representação” atesta para duas definições de sentidos aparentemente contraditórios. Por um lado, representação faz ver a ausência, distinguindo o que representa e o que é representado. De outro, é a apresentação de uma presença, apresentação pública de uma coisa ou pessoa. Em suas palavras:

Representar é, pois, fazer conhecer as coisas mediante ‘pela pintura de um objeto’, ‘pelas palavras e gestos’, ‘por algumas figuras, por marcas’ – como os enigmas, os emblemas, as fábulas, as alegorias. Representar no sentido jurídico e político é também ‘manter o lugar de alguém, ter em mãos sua autoridade’ (CHARTIER, 2002, p. 165).

Em “O Poder Simbólico”, Bourdieu (2006) identifica o “poder das representações” na construção da realidade social, na medida em que podem contribuir na produção daquilo por elas descrito e designado. De acordo com Chartier e Bourdieu as “representações” são construções sociais da realidade, em que os sujeitos fundamentam suas visões de mundo a partir de seus interesses e de seu grupo. Desta forma, os sujeitos e o grupo ao qual pertence criam representações de si mesmos e de outros grupos, fundamentando suas visões de mundo sobre as experiências históricas. As representações visam construir o mundo social, sendo elas matrizes dos discursos e das práticas dos grupos. Assim, compreender as representações dos grupos é compreender como o mundo dos mesmos é construído socialmente.

Na concepção de Bourdieu há um “jogo” em que se produzem as representações e existem crenças que as sustentam. No “campo social”, permeado de tensões e interesses

³ Há também historiadores que trabalham com o conceito “*representações sociais*”, como é o caso da pesquisadora Maria Celma Borges (2004).

conflitantes dos grupos, existem as “lutas de representações”. Para compreender as lutas de representações que se processam através dos discursos, Chartier enfatiza que é necessário “discernir a posição de quem fala”. Assim, “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio” (1990, p. 17). Chartier (2002) reflete que as sociedades são constituídas por diferentes grupos, que manifestam diferentes visões de mundo. Assim como Bourdieu (2006), destaca que nas “lutas pelas representações” a problemática central seria o “ordenamento”, logo a “hierarquização” da própria estrutura social.

Os grupos criam representações que objetivam agir nas experiências históricas. Desta forma, o mundo social é representação e vontade, e existir socialmente é ser percebido como distinto. As representações estão localizadas no tempo e são social e historicamente construídas pelos sujeitos e seus respectivos grupos. Neste sentido, cabe ao pesquisador perceber e analisar tais representações e suas intencionalidades em agir nas experiências históricas.

O conceito representação tem sido utilizado de forma significativa por diversos historiadores que trabalham com a chamada “história cultural”, que na perspectiva de Roger Chartier, sua preocupação central seria “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler” (1990, p. 17). Nessa perspectiva, compartilha-se uma pesquisa de Mestrado intitulada “A Prática da Mística e a Luta pela Terra”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD)⁴.

Ao estudar as práticas e representações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), centrando a análise em uma prática cultural e política do MST chamada “mística”, o conceito representação sob as óticas de Chartier e Bourdieu foi significativo para o desenvolvimento e êxito da pesquisa. Na análise dos materiais impressos pelo MST, percebeu-se que desde sua criação em 1984, na cidade de Cascavel/PR, a prática da mística possui um lugar privilegiado em seu interior, sendo considerada a “alma” do MST, auxiliando na organização,

⁴ Ver: COELHO, Fabiano. *A Prática da Mística e a luta pela Terra no MST*. 2010. 285 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados. A dissertação defendida foi publicada em formato de livro pela editora da UFGD. Ver: COELHO, Fabiano. *Ela é a Alma do MST? A prática da mística e a luta pela terra*. Dourados: EDUFGD, 2014.

animação e no engajamento dos sujeitos. A mística é uma “espécie” de ritual e celebração que acontece de diversas maneiras e com significados e sentidos variados. Sua prática dá-se nos mais variados lugares, como nos acampamentos, assentamentos, Encontros, Congressos e nas diversas manifestações que o MST empreende. De maneira geral, é praticada em forma de teatro, contendo músicas, poesias e diversos elementos simbólicos em seu interior.

A mística se tornou um “elemento estratégico” na organização do MST, pois nos diversos espaços em que é realizada, possui suas intencionalidades. O seu desenvolvimento nas diversas atividades e espaços em que integrantes do MST estão reunidos se torna um momento privilegiado em que se processam “construções de representações”. Através da mística o MST fundamenta e representa o seu mundo, e o mundo que está porvir através das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras. O seu celebrar se configura como um lugar privilegiado em que se processam construções de representações. Na mística, o Movimento cria suas visões de mundo, estabelece quais são seus valores e ideais, expressa o que espera de seus integrantes, legitima a luta pela terra e, ressalta quem são seus aliados e inimigos na luta pela terra. A prática da mística se tornou tão valorizada para o MST devido ao fato de que por meio dela o Movimento consegue se comunicar eficazmente com os sujeitos, evocando e ressoando representações. As representações são construídas através de todos os elementos que a compõem. No processo histórico, sendo um “poder eficaz” (BOURDIEU, 2006), a prática da mística se consolidou como elemento relevante para a organização do Movimento, edificando significados e sentidos para a vida dos homens e mulheres que o integra em sua heterogeneidade.

O conceito representação sistematizado por Chartier Bourdieu foi significativo e fundamental na compreensão da prática da mística dentro da organização do MST, na medida em que nas místicas evocam e ressoam representações que o Movimento faz de si mesmo, dos próprios indivíduos e dos seus adversários na luta pela terra. E, na medida em que as representações são incorporadas pelos sujeitos, elas se revelam e são revestidas de “poder simbólico”, que conforme Bourdieu é, com efeito, um “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (2006, p. 7). Não obstante, o conceito representação contribui significativamente para os pesquisadores analisar os conflitos que surgem no interior das sociedades, também no

entendimento das múltiplas relações que os sujeitos e determinados grupos mantêm com o mundo social.

Considerações Finais

Os conceitos “cultura” e “representação” tem sido utilizado por diversas áreas do conhecimento, por vezes, com olhares distintos. Logo, são conceitos interdisciplinares. Discutiu-se no artigo que a interdisciplinaridade tem sido algo fecundo em inúmeros trabalhos na área da história, aprofundando as visões e análises dos pesquisadores. Ao buscar desenvolver reflexões sobre os conceitos cultura, a partir das ideias de Clifford Geertz, e sobre o conceito representação, pautado nas concepções de Roger Chartier e Pierre Bourdieu, enfatizou-se que esses conceitos têm contribuído de forma relevante para iluminar teoricamente trabalhos históricos, maximizando as perspectivas e olhares dos historiadores.

Para tanto, ressalta-se, novamente, que os conceitos se configuram como suportes teóricos para que os pesquisadores compreendam as experiências históricas e a complexidade que envolve as relações sociais, políticas, econômicas e culturais dos sujeitos e seus respectivos grupos. Assim, não devem ser utilizados como uma “camisa de força”, inflexíveis, em que tudo deve ser explicado mediante eles. Isto é, nem sempre os conceitos, criados a partir de uma realidade, conseguem explicar a diversidade das experiências históricas.

Referências Bibliográficas

ARIÈS, Philippe; CERTEAU, Michel de; LE GOFF, Jacques; LADURIE, Emmanuel Le Roy; VEYNE, Paul. Mesa redonda. A História – uma paixão nova. In: LE GOFF, Jacques et al. *A Nova História*. Lisboa: Edições 70, 1984. p. 9-40.

BORGES, Maria Celma. *De pobres da Terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas do Movimento Sem Terra no Pontal do Paranapanema – SP*. 2004. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual Paulista, Assis.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p. 7-38.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 1-23.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1982.

CHALOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia de Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *A Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. A Nova História Cultural existe? In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e Linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p. 29-43.

COELHO, Fabiano. *A Prática da Mística e a luta pela Terra no MST*. 2010. 285 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

_____. *Ela é a Alma do MST? A prática da mística e a luta pela terra*. Dourados: EDUFGD, 2014.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1989.

GRESPLAN, Jorge. Considerações sobre o método. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 291-300.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. P. 111-154.

MOSCOVICI, Serge. *Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia de Letras, 1988.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. A árvore da liberdade. Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ARTIGO RECEBIDO EM: 07/09/2014
ARTIGO APROVADO EM: 29/09/2014